



2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PAZ SOCIAL

2.3.1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Militar Terrestre, o Exército possui o desafio de contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social do país. Para isso, possui o Objetivo Estratégico 03 (OEE 03), que busca cumprir com efetividade, as operações de cooperação e coordenação com agências, nas quais se incluem a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (GLO), atribuições subsidiárias, prevenção e combate ao terrorismo e a atuação sob a égide de organismos internacionais e na proteção das estruturas estratégicas terrestres.

O debate nacional sobre segurança e defesa evidencia o papel das Forças Armadas, desafiando-as a se transformar e modernizar para melhor cumprir sua missão. Assim, o Exército Brasileiro, no campo da segurança pública realiza operações interagências, o que requer uma coordenação sistêmica; dessa forma, as operações de GLO estão previstas na Constituição Federal e fazem parte, portanto, da defesa nacional.

Na execução de ações subsidiárias, o EB reforça sua integração com a

sociedade, contribuindo para desenvolvimento, paz interna, segurança, harmonia e bem-estar da Nação.

O Comando de Operações Terrestres (COTer) é o órgão de direção operacional do EB, responsável pelo preparo e ao emprego da Força Terrestre.

Para cumprir esse objetivo estratégico, estão previstos no PEEEX projetos estratégicos que mostram a capacidade do Exército para atuar na proteção da sociedade, tais como o SISFRON e o Amazônia Protegida. Além disso, em 2020, o Exército realizou atividades importantes de apoio à defesa civil, apoio às eleições, à proteção ambiental, dentre outros, em prol da sociedade.

2.3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Para 2020, o EB comprometeu-se a buscar o atingimento da meta de 100% do IR 03. Ao final do exercício, o resultado alcançado foi de 89%, ficando abaixo do esperado, mas se tratando de um ano de pandemia, teve um resultado expressivo.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OEE 03

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	META
IT 3.1: Média das percentagens das execuções físicas das atividades (projetos) do PEEEx	$= \Sigma \text{ das percentagens da execução física da } i\text{-ésima atividade} / \text{Total de atividades}$	= 16,12 %	25 % anualmente
IT 3.2: Média das percentagens das execuções orçamentárias das atividades (projetos) do PEEEx	$= \Sigma \text{ dos valores empenhados da } i\text{-ésima atividade} / \Sigma \text{ dos valores planejados da } i\text{-ésima atividade} \times 100$	= 15,03 %	25 % anualmente
IR – 03: índice de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social	$= (\text{Percentual de municípios atendidos pelas parcerias/convênios} + \text{Índice de gestão ambiental e apoio às ações subsidiárias}) / 2$	= 89 %	desempenho de 100% anualmente

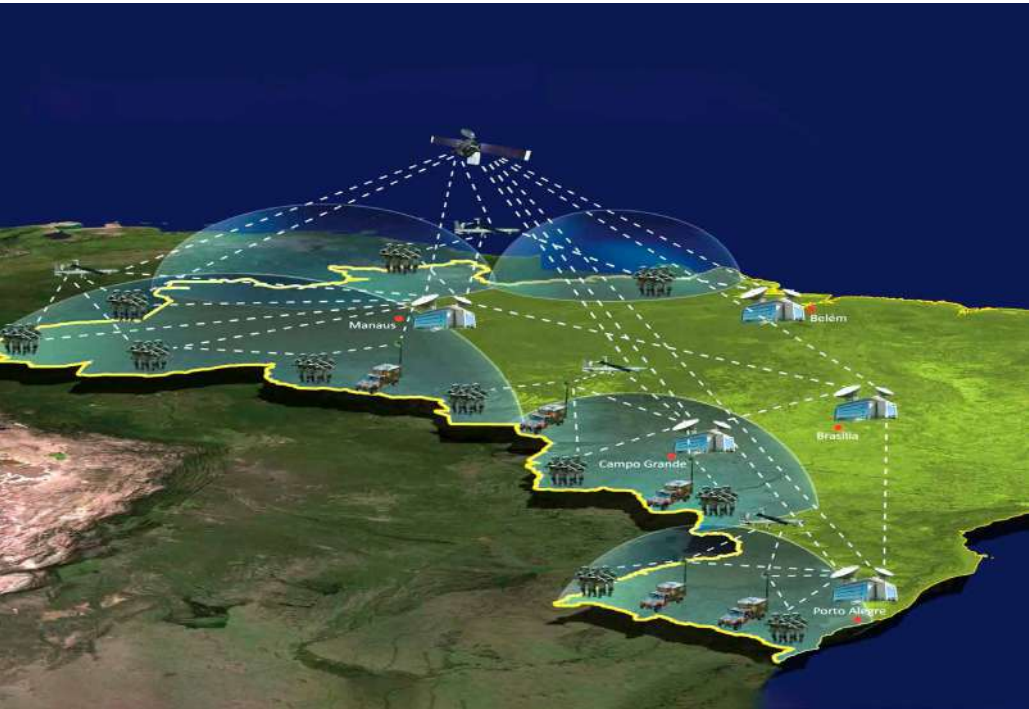
Fonte: Estado-Maior do Exército, 2020.

2.3.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.3.3.1 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

O Programa SISFRON visa dotar o Exército Brasileiro dos meios necessários para exercer o monitoramento e controle particularmente da faixa de fronteira terrestre brasileira.

O SISFRON destina-se ao sensoriamento, ao apoio à decisão e ao apoio às operações, a fim de permitir o monitoramento e o controle de forma efetiva das áreas de fronteira da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul, bem como à atuação rápida e adequada do poder público. Coopera, dessa maneira, para a segurança, a redução de ilícitos transfronteiriços, a preservação ambiental, a proteção de comunidades indígenas e a obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, na selva e em outros ambientes do País, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.



Em 2020, o SISFRON empregou os seguintes recursos oriundos da Ação Orçamentária (AO) 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON – obtendo o seguinte resultado para o indicador físico-financeiro da Lei Orçamentária Anual (IFF LOA):



PRG EE SISFRON - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ANO DE 2020 (em reais) AO 14T5

2,78% do sistema implantando³



Fonte: Tesouro Gerencial, 2020.

¹Dotação atualizada

²Valores empenhados com variação cambial

³ Refere-se ao valor liquidado (LOA + RP) em 2020 dividido pelo valor planejado total do programa de R\$ 11.992.000.000, 00.

ENTREGAS DO SISFRON EM 2020



Implantação do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD):

recebimento de seis terminais satelitais leves; de quatro sítios/repetidoras da rede de transmissão de dados do sítio de MAGE na localidade de Caracol;

recebido e testado em laboratório: sítio de MAGE de Barraco Branco; receptores de Dourados e Campo Grande; e customização do software de análise de GE (IFS 2);

implantação de solução de integração de comunicações táticas do módulo LIMA A com a viatura blindada Guarani;

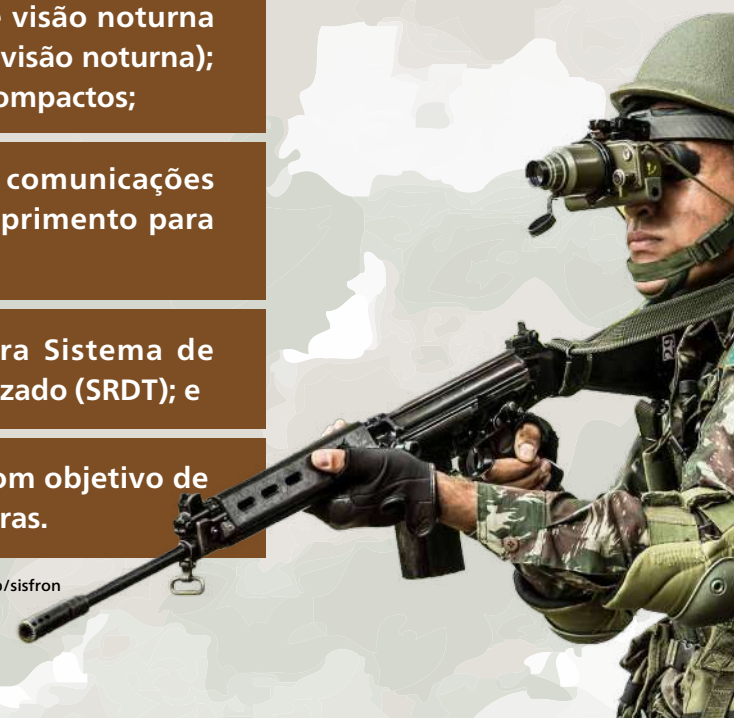
aquisição de 22 OVNP (óculos de visão noturna panorâmico); 486 OVN (óculos de visão noturna); 17 binóculos termiais (BT); e 4 BT compactos;

Aquisição de rede integrada de comunicações em HF (RICH) para o CMA; de suprimento para equipamento rádio Harris;

aquisição de equipamentos para Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT); e

15 obras de engenharia militar, com objetivo de construção e adequação de estruturas.

Mais informações no link: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>





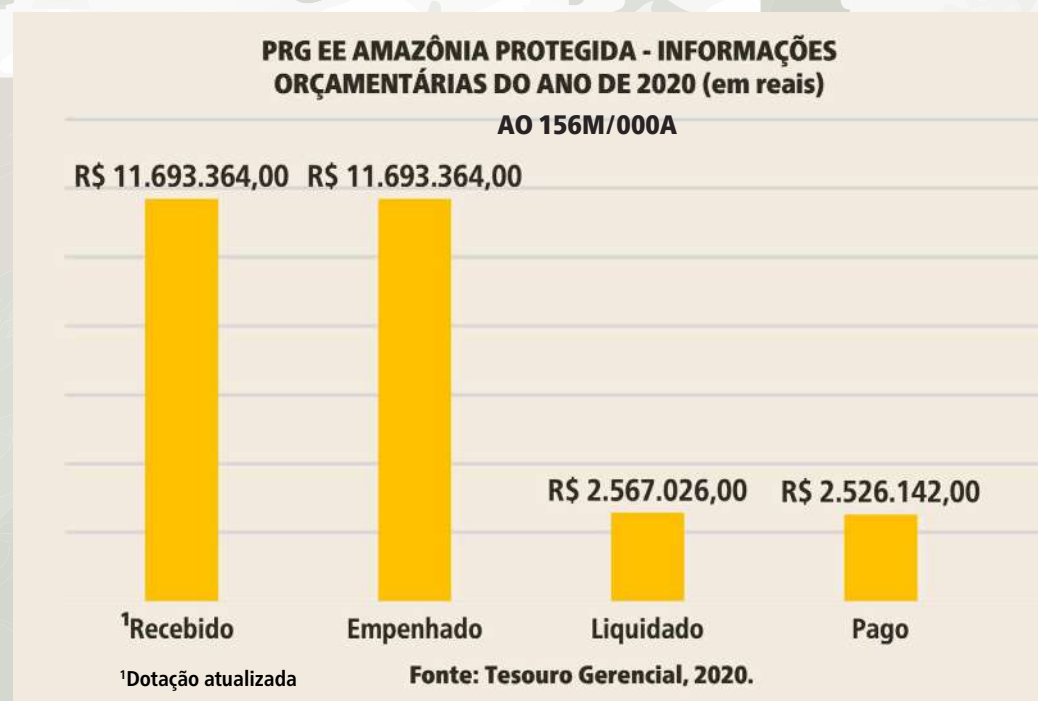
2.3.3.2 AMAZÔNIA PROTEGIDA

O Programa Amazônia Protegida foi instituído pelo decreto presidencial nº 6.513, de 22 de junho de 2008. É um braço executivo que coordena um portfólio de projetos e de ações estratégicas orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a sua região amazônica, reestruturando o Exército Brasileiro na Amazônia, tendo a defesa, o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental como eixos estruturantes.

O objetivo do programa é a instalação de unidades militares nas terras indígenas situadas na região de fronteira. O programa leva em consideração a presença de áreas de conservação da natureza, fundamentais à defesa e indispensáveis à segurança nacional pela localização na faixa de fronteira, consoante os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, para impedir que haja extensas regiões desguarnecidas de vigilância e monitoramento. (Fonte: Portfólio Estratégico do Exército - EPEX)

Em 2020, o Amazônia Protegida empregou os seguintes recursos oriundos da Ação Orçamentária (AO) 156M - Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro

obtendo o seguinte resultado para o Indicador Físico-Financeiro da Lei Orçamentária Anual (IFF LOA):



Adequações no 8º Depósito de Suprimento em Belém (PA).



Implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate em Marabá (PA).



Construção da Infraestrutura da 17ª Brigada de Infantaria de Selva em Porto Velho (RO).



Pavimentação do 53º Batalhão de Infantaria de Selva em Itaituba (PA).



Obras de Infraestrutura da 22ª Brigada de Infantaria de Selva em Macapá (AP).



Conclusão das obras do Estande de Tiro do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM).

Fonte: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/beneficios>



2.3.3.2.1 AÇÕES COMPLEMENTARES DO AMAZÔNIA PROTEGIDA: PROGRAMA CALHA NORTE

Trata-se de uma ação transversal ao Programa Amazônia Protegida, podendo atender diretamente aos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) e às demandas sociais da família militar, das comunidades indígenas e ribeirinhas próximas aos PEF em suas necessidades imediatas e emergenciais, garantindo melhores condições de vida e trabalho.



Mais informações no link-<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/amazonia-protegida>



órgãos do governo federal, de instituições privadas e da comunidade acadêmica;



- estabelecimento de uma base normativa para avaliação de produtos de defesa cibernética, com caráter dual (civil e militar), mediante parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);

- desenvolvimento de soluções tecnológicas e de material e serviços de Tecnologia da Informação (TI), para o fortalecimento do SMDC;

- fortalecimento da Rede de Integração Conjunta Regional do Comando Militar da Amazônia, em Manaus/AM;

- desenvolvimento da atividade de certificação digital para a Defesa Nacional;

- disponibilização de cursos nas áreas de Defesa e Segurança Cibernética;



- estágio Setorial em Linguagem de Programação "Python" e Teste de Intrusão ("Penetration Test" – PenTest), por intermédio do ambiente de ensino virtual do Exército;



- adaptação e ocupação de instalações provisórias no Forte Marechal Rondon (FMR);

- estruturação da cadeia de valor e da arquitetura de processos do Com D Ciber, como órgão central do SMDC (Plano de Gestão, Plano de Relações Institucionais e Plano de Gestão de Riscos); e

- elaboração de documentação relativa à inserção da Defesa Cibernética no âmbito da Doutrina de Defesa Nacional (Manual de Operações Conjuntas, do Corpo de Exército e Doutrina Militar da Defesa Cibernética).

2.4.3.4 RESULTADOS

A implementação do programa proporcionará os seguintes benefícios ao Estado e à sociedade:

- fortalecimento do poder cibernético nacional;
- estímulo ao desenvolvimento econômico, científico-tecnológico e à inovação no País, particularmente no setor de TI;

- fomento à indústria nacional, com geração de empregos e renda em áreas importantes para o desenvolvimento tecnológico do País;

- contribuição à proteção cibernética das Infraestruturas Críticas (IC) de interesse para a Defesa Nacional; e

- promoção da atuação colaborativa em Defesa Cibernética nos âmbitos nacional e internacional, bem como contribuição para a paz social e promoção do bem comum da população, pelo estabelecimento de um espaço cibernético nacional mais seguro e efetivo.

2.4.4 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO DEFESA CIBERNÉTICA (PEEDCiber)



2.4.4 1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEEDCiber) é um dos indutores do Processo de Transformação da Força, que visa a inserir o EB no seletor grupo de nações que atuam no espaço cibernético com liberdade de ação, operando em rede e em ambiente adverso, condição essencial para o combate moderno. Em paralelo, busca-se induzir a capacidade tecnológica nacional, criando um círculo virtuoso para garantir a sustentabilidade das soluções implementadas.

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança, não apenas do Estado, mas também da sociedade como um todo. Observa-se, portanto, que esse ambiente está se tornando essencial para a Defesa e Segurança Nacionais. Em função disso, desde 2012, o programa vem implementando novas estruturas, modificando outras e capacitando pessoas.

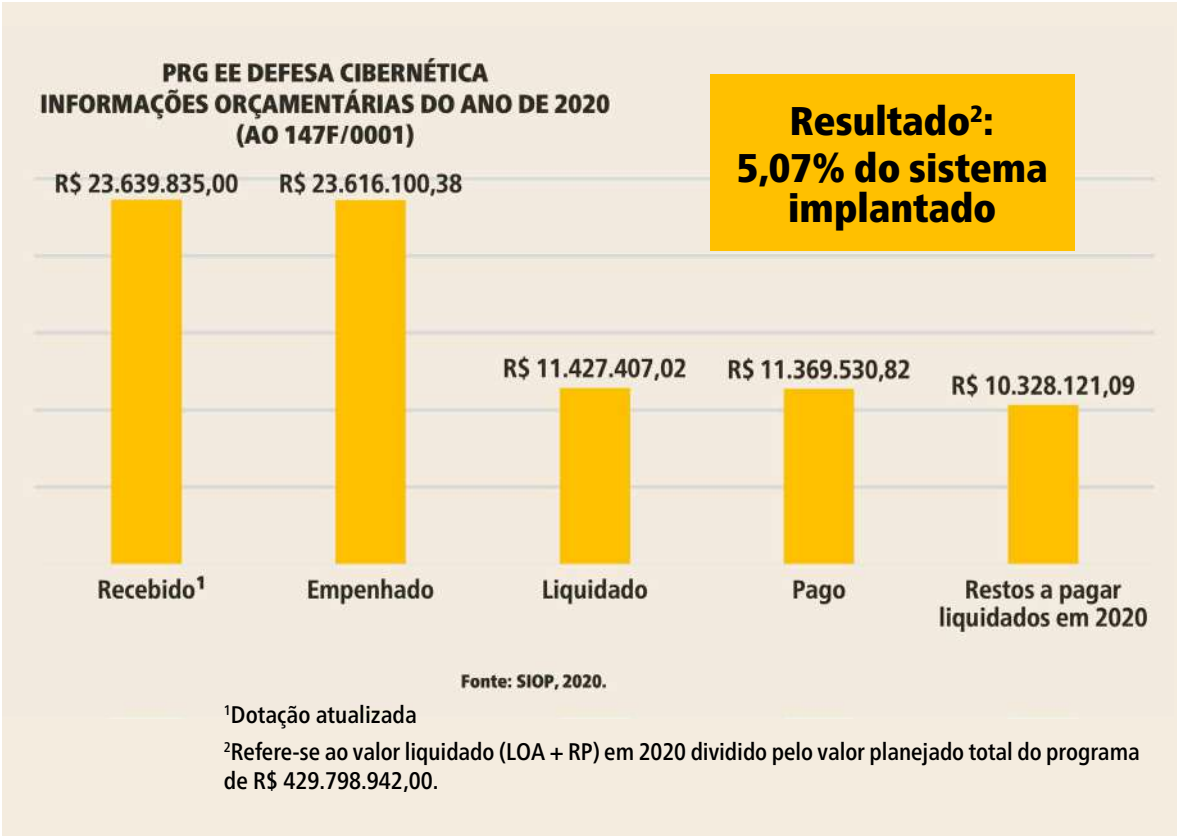
Ao longo dos anos, o programa vem sendo aperfeiçoado com o objetivo de mantê-lo alinhado às evoluções constantes com que o setor cibernético se depara. A reestruturação ocorrida em 2020 teve como objetivo a reorganização dos projetos componentes, de modo a fortalecer a vocação deles para as grandes áreas de atuação:

- Projeto Centro de Defesa Cibernética;
- Projeto Escudo Cibernético;
- Projeto Inteligência Cibernética;
- Projeto Apoio Tecnológico;
- Projeto Força Cibernética;
- Projeto Pesquisa Cibernética.

Nesse sentido, o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) vem sendo modernizado e contemplado com novas ferramentas. No bojo do Projeto Força Cibernética, estão sendo criadas novas estruturas de capacitação e de emprego operacional, tornando mais seguras as redes táticas. O Projeto Escudo Cibernético está reestruturando as redes estratégicas do EB. O Projeto Inteligência Cibernética vem buscando assegurar a eficiência na obtenção de informações no ambiente cibernético. Os projetos Apoio Tecnológico e Pesquisa Cibernética visam a induzir a capacidade nacional de geração de ferramentas cibernéticas com vistas à obtenção de independência tecnológica nesse setor estratégico.

2.4.4.2 MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS

Para execução das atividades do Programa foi aplicado, em 2020, um total de R\$ 23.639.835,00, com indicador de desempenho de 100 % da meta física prevista no SIOP, conforme detalhado no gráfico a seguir:



2.4.4.3 PRINCIPAIS INICIATIVAS

- As principais entregas do PEEDCiber em 2020 foram:
- ampliação e modernização de laboratórios do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);
 - início das obras de adequação das instalações definitivas do CDCiber;
 - construção do Laboratório de Segurança Cibernética do IME;
 - gestão do Sistema de Proteção ao Usuário Final da Rede interna do Exército (EBNet);
 - racionalização de segmentos da EBNet, implementando anéis ópticos e redes metropolitanas nas regiões com maior concentração de organizações militares;
 - aquisição de hardware e software para atender às demandas da nova LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
 - renovação do Datacenter Operacional do CDCiber.
 - renovação da infraestrutura do Simulador de Operações de Guerra Cibernética (SIMOC);
 - continuação da obra de construção da nova Escola de Comunicações (EsCom);
 - atualização de ferramentas cibernéticas do CDCiber e do 1º Batalhão de Guerra Eletrônica (1º BGE); e
 - análise de vulnerabilidades do código fonte dos softwares corporativos do EB.



2.4.5 DESAFIOS, RISCOS E PERSPECTIVAS

As características únicas do espaço cibernético, incluindo seu caráter de transversalidade em relação aos demais domínios (terra, mar, ar e espaço) do espaço de batalha, bem como a facilidade de acesso global, proporcionam um ambiente favorável para ações maliciosas de diversos atores, que desafiam a capacidade de reação dos Estados.

A dependência cada vez maior da rede mundial de computadores, explorada em praticamente todas as atividades humanas, inclusive nos sistemas de defesa, no sistema financeiro e nas IC, traz como

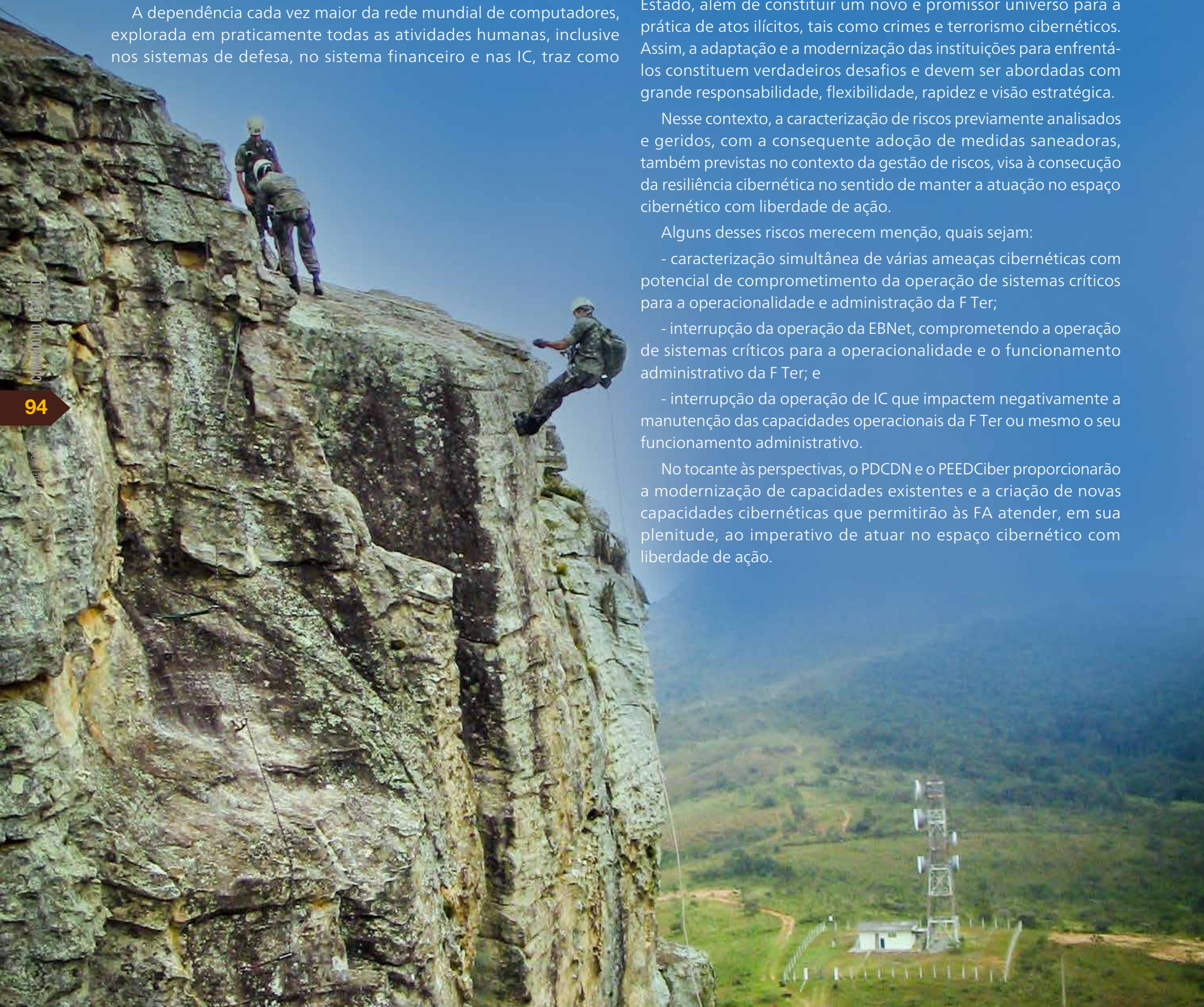
consequência o aumento das vulnerabilidades cibernéticas e das ameaças a instituições e pessoas, na verdade, à sociedade como um todo, uma vez que os hackers se aproveitam da inexistência de fronteiras cibernéticas para perpetrarem suas intenções maliciosas no anonimato. Dessa forma, nos dias atuais, as ações exploratórias e ofensivas no espaço cibernético constituem ameaças ao próprio Estado, além de constituir um novo e promissor universo para a prática de atos ilícitos, tais como crimes e terrorismo cibernéticos. Assim, a adaptação e a modernização das instituições para enfrentá-los constituem verdadeiros desafios e devem ser abordadas com grande responsabilidade, flexibilidade, rapidez e visão estratégica.

Nesse contexto, a caracterização de riscos previamente analisados e geridos, com a consequente adoção de medidas saneadoras, também previstas no contexto da gestão de riscos, visa à consecução da resiliência cibernética no sentido de manter a atuação no espaço cibernético com liberdade de ação.

Alguns desses riscos merecem menção, quais sejam:

- caracterização simultânea de várias ameaças cibernéticas com potencial de comprometimento da operação de sistemas críticos para a operacionalidade e administração da F Ter;
- interrupção da operação da EBNet, comprometendo a operação de sistemas críticos para a operacionalidade e o funcionamento administrativo da F Ter; e
- interrupção da operação de IC que impactem negativamente a manutenção das capacidades operacionais da F Ter ou mesmo o seu funcionamento administrativo.

No tocante às perspectivas, o PDCDN e o PEEDCiber proporcionarão a modernização de capacidades existentes e a criação de novas capacidades cibernéticas que permitirão às FA atender, em sua plenitude, ao imperativo de atuar no espaço cibernético com liberdade de ação.



2.5.3 PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES

2.5.3.1 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE – PEE SISOMT

O Programa Estratégico do Exército de Modernização do Sistema Operacional Terrestre (PEE SISOMT) é composto pelos projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Informações Operacionais Terrestres (SINFOTER) e pela ação complementar Sistema de Prontidão Operacional da Força Terrestre (SISPRON).

O programa foi criado com o objetivo de modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre, no intento de ampliar, progressiva e seletivamente, as capacidades das organizações militares do Exército, de forma a conquistar um permanente estado de pronto emprego, em sistema de rodízio, para o efetivo cumprimento das missões constitucionais.

Dessa forma, ele é norteado no PEE 2020-2023 pelo OEE-5 - modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre - nas seguintes ações estratégicas:

- 5.1.3 - Implantar o Sistema de Prontidão Operacional de Forças;
- 5.2.1 - Preparar a Força Terrestre para atuar em operações singulares, conjuntas e multinacionais;
- 5.2.2 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo profissional;
- 5.2.3 - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no efetivo variável; e
- 5.3.1 - Modernizar a Sistemática de Emprego da Força Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas principais entregas realizadas em 2020, conforme o quadro a seguir:





O Programa Estratégico do Exército Modernização do Sistema Operacional Militar recebe recursos nas Ações Orçamentárias (abaixo especificadas) que, em 2020, foram distribuídas conforme a seguir:

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA – SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT)				
FONTE DO RECURSO	RECEBIDOS (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS LOA (R\$)	DESPESAS PAGAS (R\$)
21A0 Pjt SISPRON	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00	3.700.000,00
21A0 (SISPRON)	2.466.319,18	2.466.319,18	1.964.789,47	1.964.789,47
156M/ PO 06 (F Ap Def Civ)	354.746,67	354.746,67	248.565,06	248.565,06
156M/ PO 01 (SIMACEM)	3.500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00
14T6 (SIMAD)	1.274.522,22	1.274.522,22	0,00	0,00
14T6 (Ccop C Mil A)	1.298.916,61	1.298.916,61	509.001,15	468.186,77
TOTAL	12.594.504,68,	12.594.504,68	6.422.355,68	6.381.541,30

Fonte: Comando de Operações Terrestres, 2020.



2.5.3.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SENTINELA DA PÁTRIA

O Programa Estratégico do Exército (Prg EE) Sentinela da Pátria é um programa estruturante do Exército Brasileiro que trabalha de forma sistêmica com os demais programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir com a geração de capacidades militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas organizações militares abrangidas no escopo do programa, em relação à implantação, à transformação e ao reposicionamento, por transferência de sede, de organizações militares, seja por acréscimo de frações (aumento de efetivo) ou por mudança de natureza (com alteração sensível no quadro de dotação de viaturas e dos equipamentos empregados).

O programa contribui para o alcance dos objetivos estratégicos do Exército - contribuir com a dissuasão extrarregional, contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social, implantar um novo e efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre e aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas respectivas entregas realizadas no ano de 2020, conforme o quadro a seguir:

ENTREGAS

Programa Estratégico do Exército - SENTINELA DA PÁTRIA

Adequar da infraestrutura do 3º Batalhão de Aviação do Exército (BavEx), em Campo Grande-MS, com finalização da construção da Pista de Taxiamento de aeronaves Taxiway.

Adequação das infraestruturas da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (Santa Maria-RS) e da 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada (Bia AAe AP) (Rio Negro-PR), com a construção das Garagens dos Blindados Gepard.

Adequação da infraestrutura do 4º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), Construção do Pavilhão da 3ª Companhia de Polícia do Exército do 4º BPE.

Fonte: Escritório de Projetos do Exército, 2020.

Para mais informações no link: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sentinela-da-patria>.

PRG EE SENTINELA DA PÁTRIA
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ANO DE 2020 (AO 156M/004)

Recebido	Empenhado	Liquidado	Pago
R\$ 19.503.116,00	R\$ 19.475.611,92	R\$ 4.235.167,50	R\$ 4.216.343,88

O valor não empenhado corresponde ao saldo de créditos residuais não aplicados

Fonte: SIOP, 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2020

99

COMANDO DO EXÉRCITO



2.5.3.3 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO PROTEÇÃO DA SOCIEDADE - PROTEGER

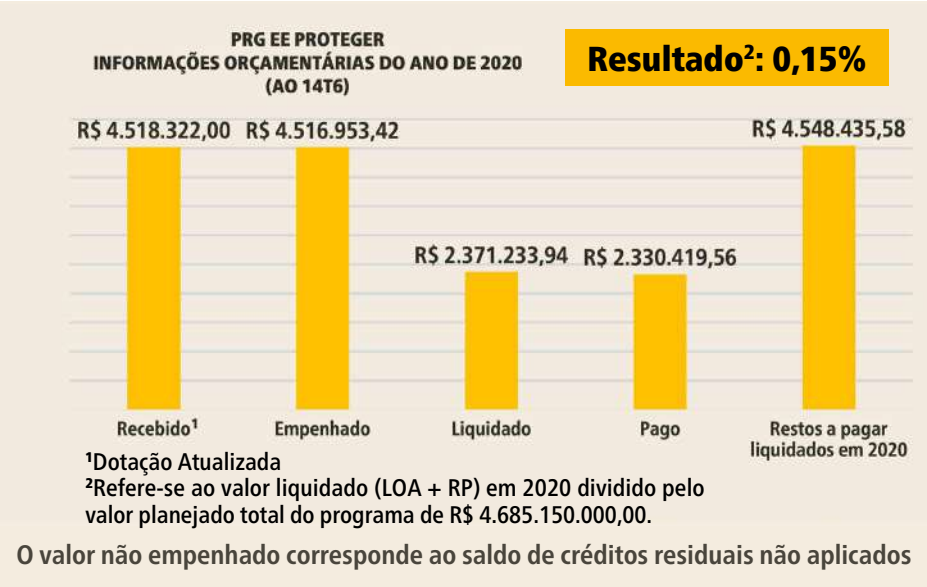
O Programa Estratégico do Exército PROTEGER está vinculado ao Objetivo Estratégico Nr 05 - modernizar o Sistema Operacional Militar Terrestre/SISOMT – Preparo e Emprego da Força Terrestre.

O programa tem como prioridade a atuação articulada do EB com a sociedade brasileira e suas instituições, particularmente no preparo da Força Terrestre para o emprego em operações de defesa de agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN); Garantia da Lei e da Ordem (GLO); Garantia da Votação e Apuração (GVA); proteção de infraestruturas críticas; enfrentamento ao terrorismo; apoio à Defesa Civil e outras ações subsidiárias.

No âmbito do programa, destacam-se algumas atividades que resultaram nas entregas realizadas no ano de 2020, conforme o quadro ao lado:

No âmbito do programa, consta o desenvolvimento do Sistema Integrador de Softwares, que é um sistema baseado em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que deverá prover a Força Terrestre, os Comandos Militares de Área e os Grandes Comandos Operacionais com as capacidades de monitoramento, vigilância, inteligência e análise por múltiplas perspectivas, ampliando a consciência situacional dos comandantes em todos os escalões e facilitando o planejamento, o comando, o controle e a coordenação continuada das operações em ações singulares, conjuntas ou em ambientes interagências.

O programa estratégico recebe recursos na Ação Orçamentária abaixo especificada que, em 2020, foi distribuída conforme a seguir:



PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO - PROTEGER

REFERÊNCIA / ATIVIDADE PEEEX 20-23

Dotação do(s) Comando(s) Militar(es) de Área com módulo(s) do Centro de Coordenação e Operações Móveis, com o projeto do protótipo do Centro de Coordenação de Operações Móveis (CCOp MV)

Implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres (SISCOT) e do Sistema de Integração, Monitoramento e Apoio à Decisão (software INTEGRADOR).

Fonte: Comando de Operações Terrestre, 2020.

Em 2020, a execução orçamentária do Programa foi de 0,15% perfazendo um total acumulado de 5,58% do total previsto, verificados a partir do total liquidado no ano (LOA+RP) em relação ao valor total planejado.

VALOR PLANEJADO TOTAL DO PROGRAMA: R\$ 4.685.150.000,00



Mais informações no link: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger>



3.6 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

3.6.1 INTRODUÇÃO

A fim de prover a gestão patrimonial e da infraestrutura, o Exército Brasileiro (EB) dispõe do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que tem sob sua subordinação a Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA).

A DPIMA é responsável por superintender as atividades relacionadas com a administração dos bens imóveis da União jurisdictionados ao Comando do Exército e o patrimônio ambiental nessas áreas.

Para cumprir a missão, utiliza como apoio o Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA).

3.6.2 PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO SISTEMA DE ENGENHARIA (Prg EE PENSE)

O Programa Estratégico do Exército Sistema de Engenharia (Prg EE PENSE) integra o Subportfólio Estratégico do Exército Geração de Força e concorre para o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército

(OEE) 1 (Contribuir com a Dissuasão Extrarregional), 3 (Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social) e 12 (Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura), todos do Plano Estratégico do Exército.

Cabe ainda destacar que, o programa em tela busca ampliar a capacidade operacional do Sistema de Engenharia do Exército para garantir o efetivo apoio de engenharia no emprego da Força Terrestre, em operações militares e nas atribuições subsidiárias, bem como para aperfeiçoar a gestão ambiental das atividades militares no âmbito do Exército.

No âmbito orçamentário, no ano de 2020, o Prg EE PENSE aplicou recursos da **Ação Orçamentária 156M** (Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro) **do Plano Orçamentário 05** (Reestruturação do Sistema de Engenharia do Exército), **o total de R\$ 2.717.481,88** (dois milhões, setecentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), conforme o abaixo especificado:

OM	OEE	ATIVIDADE ESTRATÉGICA	PROJETO/AÇÃO COMPLEMENTAR	META FÍSICA	PLANEJADO (R\$)	RECEBIDO (R\$)
DEC*	1	1.1.7 Reestruturar o Sistema Engenharia	Gerenciamento do Programa	Pacote de trabalho de reuniões, inspeções e visitas técnicas	35.000,00	3.406,78
DOC/ 2º BFv*	12	12.2.1.3 Adequar as instalações e meios do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)	Projeto Centro de Instrução de Engenharia	Aquisição de material, mobiliário e adaptação de instalações	777.415,00	833.595,05
DOC/ 2º BFv*	12	12.2.1.3 Adequar as instalações e meios do Centro de Instrução de Engenharia (CI Eng)	Projeto Centro de Instrução de Engenharia	Adequação de infraestrutura do 2º B Fv - inserido no Projeto Centro de Instrução de Engenharia (OBRAS)	800.000,00	800.000,00
DME*	1	1.1.7.2 Obter material (SMEM) de Engenharia.	Projeto Obtenção de Material de Engenharia	Aquisição de Material de Engenharia	900.000,00	922.519,78
DME*	3	3.2.4.1 Reestruturar o Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB) (2020-2023)	Aquisição de Material e Capacitação de Pessoal do Sistema de Gestão de Material CI VI e Catalogação	Capacitação de Pessoal	116.000,00	58.895,62
DPIMA*	1	1.1.7.2 Obter material (SMEM) de Engenharia	Projeto Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro	Capacitação de Pessoal	100.000,00	58.414,37
6ª Cia E CmbSI*	1	1.1.7.1 Implantar a 6ª Cia E CmbSI no Comando Militar do Norte	Ação Complementar Implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva	Aquisição de material em apoio à implantação da OM	0,00	40.650,28
SOMA	-	-	-	-	2.728.415,00	2.717.481,88

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

* LEGENDA:
- DEC: Departamento de Engenharia e Construção.
- DOC/ 2º BFv: Diretoria de Obras e Cooperação do 2º Batalhão Ferroviário.
- DME: Diretoria de Material de Engenharia.
- DPIMA: Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.

Especial atenção deve ser dada às entregas realizadas, nos últimos três anos, conforme segue:

ANO	PRINCIPAIS ENTREGAS DO PRG EE PENSE
2017	- Implantação do Comando do 4º Grupamento de Engenharia no Comando Militar do Sul - Implantação do Comando do 5º Grupamento de Engenharia no Comando Militar do Leste - Implantação da Diretoria de Material de Engenharia - Proposta do Manual de Engenharia - "A Engenharia nas Operações" - Estudo de Viabilidade para implantação do Batalhão de Engenharia de Selva no Comando Militar da Amazônia - Aquisição de Material de Engenharia - Portada Ribbon
2018	- Conclusão da implantação da Diretoria de Material de Engenharia
2019	- 01 (um) componente do módulo de Portada Ribbon - 01 (um) lote de rede camuflagem multiespectral - Marcos regulatórios para transformação do Centro de Instrução Engenharia de Construção em Centro de Instrução Engenharia - Concepção organizacional e doutrina para implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva

Fonte: Departamento de Engenharia e Construção, 2020.

Na perspectiva socioeconômica, a aplicação de recursos nas instalações relativas ao Projeto Centro de Instrução de Engenharia proporcionará as melhores condições para a capacitação de recursos humanos na área funcional de engenharia, contribuindo para o aumento do grau de aptidão das OM que se valerão de pessoal mais qualificado para o cumprimento das missões.

Ainda no âmbito do Prg EE PENSE, o Projeto Obtenção de Material de Engenharia tem aplicado recursos para aquisição de material com vistas a aumentar o nível de operacionalidade das organizações militares.

Por outro lado, os recursos aplicados pelo Programa, em apoio à implantação da 6ª Companhia de Engenharia de Combate de Selva, permitem que a Força Terrestre eleve a sua presença na área estratégica da Amazônia Legal, aumentando seu poder dissuasório contra ameaças ao proporcionar que aquela área estratégica conte com meios mais adequados para a sua defesa.

3.6.3 RESULTADOS DA GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

3.6.3.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Em atenção às atividades de patrimônio imobiliário e meio ambiente, durante o ano de 2020, a DPIMA apoiou Organizações Militares com recursos orçamentários da atividade de cercamento patrimonial, descentralizando a quantia de R\$ 8.115.966,18 (oito milhões, cento e quinze mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos) das ações 156M e 219D.

O supracitado montante atendeu aos Comandos Militares de Área (C Mil A), possibilitando o cercamento das áreas das OM, contribuindo para a demarcação e segurança dos bens jurisdicionados ao EB.

Em relação ao **desfazimento de ativos**, foram autorizados os processos abaixo que estão em fase de conclusão, nas Regiões Militares, Grupamentos ou na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para que sejam adotadas as medidas administrativas adequadas:

- a. alienação de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Mato Grosso do Sul - NOCAD MS 09 -0224 com 600 m²) administrado pelo Comando do Exército, autorizada pela Portaria nº 508, de 21 de maio de 2020;
- b. devolução de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Piauí - NOCAD PI 10-0001 com 138.629,25 m²) administrado pelo CmdoEx à Secretaria de Patrimônio da União, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 054, de 11 de maio de 2020;
- c. devolução de Parcela de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Pernambuco - NOCAD PE 07-0137 com 4.179,47 m²) administrado pelo Comando do Exército à Secretaria de Patrimônio da União, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 055, de 11 de maio de 2020 e Apostilamento publicado em 30 de setembro de 2020; e
- d. transferência de Jurisdição de fração de Bem Imóvel Próprio Nacional (Número do Cadastro do Mato Grosso do Sul - NOCAD MS09-0126 com 1 050,00 m²) administrado pelo Comando do Exército à Secretaria de Patrimônio da União para posterior afetação ao Comando da Aeronáutica, autorizada pelo Despacho Decisório/ Cmt Ex nº 134, de 30 de setembro de 2020.

Cabe destacar que não houve locação de imóveis e equipamentos relativos à administração predial, nem mudanças e desmobilizações relevantes.

3.6.3.2 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E PRÓPRIO NACIONAL RESIDENCIAL (PNR)

Em 2020, o Sistema de Obras Militares gerenciou obras e serviços de engenharia realizados em Organizações Militares e em Próprios Nacionais Residenciais (PNR) dos Comandos Militares de Área do Exército, que abrangem todo o território nacional.

